

1. *Realizar ampla divulgação do manifesto aprovado na Plenária, convidando as entidades democráticas, sindicais, sociais e civis a assinarem o manifesto em apoio ao movimento.*
2. *Criar um comando unitário nacional e frentes únicas nos Estados para organizar um trabalho nos parlamentos e na base, unificando as mobilizações e lutas de forma a amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação.*
3. *Unificar o trabalho parlamentar de todas as entidades nas duas Casas do Congresso Nacional, nas assembleias estaduais e nas Câmaras municipais de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.*
4. *Articular e potencializar o trabalho de comunicação de todas organizações e entidades inseridas nesta batalha, visando atingir de forma intensa a comunicação junto à opinião pública. Neste sentido, indicamos uma reunião de todos os setores de comunicação das entidades sindicais para discutir uma campanha publicitária unificada de defesa dos serviços públicos e das estatais.*
5. *Potencializar a repercussão das ações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste sentido, buscar alinhar as ações e capacidade de mobilização de forma a que os movimentos tenham mais força e maior impacto. Construir uma agenda unitária de lutas e atividades até o fim do ano.*
6. *Articular com as diversas Frentes Parlamentares a realização de eventos em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.*
7. *Articular a aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de moções dirigidas aos deputados federais e senadores em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial contra a MP 905, PECs 186, 187 e 188, a reforma administrativa e as privatizações.*
8. *Articular uma estratégia de ação unitária no campo jurídico em relação aos projetos contrários aos interesses desta ampla frente sindical em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.*
9. *Posicionar-se contra a PEC que prevê a redução da jornada e redução proporcional de salários e subsídios, e todas as medidas em tramitação contra os interesses soberanos do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.*
10. *Realizar de 2 a 6 de dezembro 2019, uma semana de agitação e panfletagem na contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188 e o Pacote de ajustes do Guedes.*
11. *Realizar em 12 de fevereiro uma atividade no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.*
12. *Reforçar o dia 8 de março, dia internacional das mulheres.*
13. *Indicar o dia 18 de março como uma data nacional de paralisação, mobilização, protestos e greves.*
14. *Indicamos ainda às centrais sindicais a necessidade de discussão da realização de uma greve geral no país.*

15. *Promoção de ações junto a sociedade através dos nossos canais de comunicação, esclarecendo a necessidade de lutar em defesa dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho.*
16. *Intensificar o trabalho de base, com maior participação dos servidores, junto aos parlamentares em Brasília, inclusive nos estados e municípios.*
17. *Fazer ações conjuntas com os três poderes para causar impacto e repercussão na mídia.*
18. *O representante de Minas defender na Ampliadinha da Fenajufe a convocação de uma ampliada, onde a base dos estados vão poder votar e definir um calendário de mobilização.*
19. *Definição de um calendário nacional da Fenajufe com orientação para os sindicatos promoverem ações, antecipando o calendário proposto pelas centrais.*
20. *Defender a reposição salarial e data-base.*